

A TRAJETÓRIA AUTORITÁRIA DO GOVERNO BOLSONARO E A URGÊNCIA DA FORMAÇÃO DE UMA AMPLÍSSIMA FRENTE EM DEFESA DA DEMOCRACIA

1

O atual governo se elegeu com uma plataforma claramente regressiva, do ponto de vista dos interesses populares. Esse conceito foi expresso pelo presidente, uma vez eleito, ao afirmar que antes de construir qualquer coisa, precisaria destruir praticamente tudo que havia sido feito anteriormente – algo que, na prática, tem significado extinguir e/ou limitar os direitos sociais conquistados a partir de 1988.

Paralelamente à agenda conservadora bastante clara opera, no entanto, um projeto de poder que pretende implantar no Brasil um regime autoritário e que, para tanto, se vale de iniciativas que vão para muito além do mandato efetivamente recebido, mesmo que se considere o conservadorismo que animou parte do eleitorado em 2018.

As pretensões antidemocráticas do atual governo podem ser claramente demonstradas, ao se apresentar a cronologia de eventos que, devidamente articulados, explicitam como plataforma política do mandatário do poder executivo instaurar no Brasil um “fundamentalismo” de extrema-direita, que ainda não se realizou em sentido próprio em lugar algum do mundo. Nesse sentido, podem ser elencadas as iniciativas que se seguem.

1- Execução de uma Plataforma Econômica Ultraliberal:

- a. Aprovação da reforma da Previdência, que foi desastrosa especialmente para as populações mais vulneráveis.
- b. Lei da Liberdade Econômica, nos aspectos em que aprofunda a reforma trabalhista nefasta, aprovada no governo Michel Temer.
- c. Alienação do patrimônio público, por meio de um programa de privatização ainda não executado, que poderia alcançar inclusive atividades estratégicas para o país, como geração de energia. A pretensão do programa pode ser medida por boatos recorrentes de que o próprio Banco do Brasil poderia vir a ser alienado.
- d. Propostas de desconstitucionalização de recursos orçamentários para políticas públicas como saúde, educação e assistência social.
- e. Inação e desatenção com os enormes índices de desemprego existentes no país, agravados na gestão Temer, cujo remédio desde então tem sido a adoção de medidas contracionistas no âmbito da participação do Estado na economia. O governo não adotou qualquer medida anticíclica e tem prometido, sem qualquer resultado

efetivo, que o nível de emprego aumentaria com suas “reformas”, o que até aqui efetivamente não ocorreu.

- f. Aprofundamento da precarização no mercado de trabalho, que tem colocado parte expressiva da população em situação na qual não podem alcançar medidas de proteção social asseguradas pela Constituição e legislação infraconstitucional. Esse ônus fica evidente na pandemia, quando se considera a extensão dos beneficiários do auxílio emergencial do Governo Federal.
- g. Liberação e antecipação de saques de FGTS, PIS/PASEP etc., que têm tido alcance nulo na recuperação sustentada da atividade econômica, ainda que atendam necessidades emergenciais de indivíduos e famílias.
- h. Limitações de acesso a direitos assegurados à população, como se observa nos atrasos recorrentes na concessão de aposentadorias, seguro desemprego, auxílio maternidade.
- i. Extinção do Ministério do Trabalho e desconstrução do tripé: seguro desemprego, intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional.

2. Alinhamento da Política Externa aos interesses americanos:

- a. Há um viés ideológico nas relações internacionais, que se anunciou desde o início do governo.
- b. Alterando de forma expressiva a política externa brasileira executada de longa data, o governo procurou um alinhamento aos interesses geopolíticos americanos.
- c. Essa aproximação se fez sem reciprocidades e parece corresponder a uma aproximação de natureza ideológica, no sentido da consolidação de bases internacionais para governos de direita ou extrema-direita.
- d. Ainda nesse capítulo, fundamental enfatizar os recorrentes conflitos com a China e seus representantes no Brasil, o que prejudica as relações com nosso principal parceiro comercial no mercado internacional.

3. Descaso com a pandemia causada pelo Coronavírus:

- a. É flagrante o descaso do governo para com a pandemia, a tal ponto de que dois ministros da Saúde foram exonerados por não cumprirem determinações para relaxamento do isolamento social e

uso preventivo da cloroquina ou hidroxicloroquina, ambas iniciativas na contramão de evidências científicas no enfrentamento da pandemia.

- b. Evidencia-se o descaso governamental quando se considera iniciativa do Ministério Público Federal, que investiga o porquê do montante de R\$ 11,74 bilhões disponibilizados para execução direta pelo Ministério da Saúde no combate ao coronavírus, somente R\$ 2,59 bilhões haviam sido empenhados e apenas R\$ 804,68 milhões foram efetivamente pagos até 27 de maio último, o que significa que até então apenas 6,8% dos recursos disponíveis haviam sido gastos.
- c. Com o agravamento da situação da pandemia, o governo decidiu manipular as estatísticas, com o objetivo de administrar a repercussão dessa piora de cenário junto à população. A manipulação de dados sobre a pandemia, ressalte-se, tem estado associado a governos francamente autoritários.
- d. Inexistência de planejamento minimamente consistente para fazer face à gravíssima crise econômica e social que se seguirá à pandemia. Aparentemente o governo, contrariamente ao bom senso, conta com a eclosão dessa crise, para utilizá-la como arma eleitoral, ao atribuir a governadores e prefeitos a responsabilidade pelos custos econômicos no enfrentamento da pandemia.

4. Desmonte da Legislação e Órgãos de Controle Ambiental:

- a. O Decreto No 9.806, de 28 de maio de 2019, alterou e reduziu a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que de 96 titulares passou a 23. O objetivo, uma vez mais, foi o de diminuir a participação da sociedade civil no conselho, além excluir órgão técnicos como o ICMBio.
- b. A partir desse ato inaugural o governo passou a flexibilizar normas ambientais no Brasil, até o limite em que o ministro do Meio Ambiente propôs “passar a boiada”, enquanto o assunto midiático principal fosse a pandemia.
- c. O desfazimento da legislação ambiental atende a uma parte talvez pequena do agronegócio, mas os alvos principais são grileiros de terras, que avançam sobre reservas naturais e terras indígenas, além de garimpeiros ilegais.
- d. Uma vez mais existe aqui uma aceno a segmentos econômico-sociais que podem compor a base armada do Bolsonarismo no campo.

5. Relaxamento do Combate ao Desmatamento:

- a. Esse tema movimentou o mundo inteiro, na defesa da Amazônia. À época, além do crescimento exponencial das estatísticas, apresentaram-se suspeitas fundadas de que os incêndios estariam relacionados, ao menos em parte, à expansão da fronteira agrícola, com o binômio soja - bovinocultura.
- b. Importante considerar que esses movimentos devem estar mais próximos de produtores que não exportam sua produção, porque houve forte reação no mercado internacional à suspeição de que houvesse relações entre queimadas de produção agrícola, o que levou a manifestações de lideranças do agronegócio e a algumas iniciativas pontuais da atual ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento condenando as práticas da espécie.
- c. Neste tópico são particularmente graves as iniciativas de desqualificação e interferências na atuação técnica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Importante salientar que o modelo desqualificação técnica da instituição / interferência em suas metodologias de levantamento de dados veio a ser utilizada, também, na área de Saúde com o advento da pandemia do coronavírus.

6. “Militarização” da Administração Federal e da base de apoio governista:

- a. Desde seu início o governo procurou trazer para seus quadros oficiais da reserva das Forças Armadas, além de contar no Congresso Nacional um contingente expressivo de parlamentares egressos das polícias militares e civis nos respectivos estados da União.
- b. Este entrelaçamento tem propiciado a politização de quadros dessas instituições, que poderiam criar um contingente armado suficientemente grande, para se contrapor a quaisquer movimentações que pudessem colocar em questão a legitimidade do governo e de sua plataforma retrógrada.
- c. Essa estratégia tem dado frutos, como se pode ver pelo motim da Polícia Militar (PM) do Ceará e tensões existentes em São Paulo, entre uma fração radicalizada dos efetivos da PM e o governador do Estado.

7. Facilitação da Posse de Armas:

- a. O Decreto no 9.685, de 15 de janeiro de 2019, Decreto no 9.785, de 7 de maio de 2019 facilitou o transporte de armas de fogo para atiradores esportivos, colecionadores e caçadores e ampliou o acesso à munição, além de facilitar o porte para membros das Forças Armadas.
- b. A Lei 3.715 de 17/09/2019, ampliou a posse de arma de fogo em propriedades rurais.
- c. Portaria elevou o limite de compra de munição por cidadão com posse de arma de fogo, de 50 cartuchos anuais para 1.000 para cada arma de uso restrito (um aumento de 1.900%).
- d. A revogação de normas de rastreamento de armas e munições pelo Exército, a mando do presidente Jair Bolsonaro, liquidou a regulação de rastreamento de armas no Brasil, já que as três portarias revogadas (Colog 46, 60 e 61) também havia sustado o efeito de outras normativas que organizavam esse controle.
- e. Decreto no 10.030, de 30 de setembro de 2019 prevê que militares não precisam mais cumprir uma série de requisitos tanto para adquirir quanto renovar arma de fogo pessoal.
- f. As medidas tomadas com relação à posse de arma de fogo e aquisição de munição tem acompanhado o governo desde seu início e pretende armar a população civil – aos moldes dos Estados Unidos –, uma vez mais com a lógica de criar uma base armada, que pudesse resistir a medidas contrárias aos interesses do governo e, no limite, conduzir a uma desobediência ou “guerra civil”. Nesse contexto existe um sem número de exemplos de agentes políticos portando armas, ou incentivando a prática, sempre no sentido de não cumprir norma que entendam desfavorecer as inclinações ideológicas e políticas que professam.

8. Revogação do Plano Nacional de Participação Social (PNPS):

- a. O Decreto no 9.759, de 11 de abril de 2019 extinguiu um grande contingente de instâncias de participação da sociedade civil, junto aos entes responsáveis pela concepção e gestão das políticas públicas.
- b. Não haveria nada equivocado ao se discutir o número de instâncias, a importância relativa de cada qual, mas o fato objetivo é que não se tratou disso. O objetivo desde o princípio foi o de cercear pura e simplesmente a participação da sociedade civil nas ações de governo.

9. Eliminação de Demarcações de Terras Indígenas:

- a. Uma vez mais, trata-se aqui de atender interesses de ruralistas e de segmentos que atuam de forma ilegal, como grileiros e garimpeiros sem outorga minerária.
- b. Associam -se a esse segmentos grandes grupos minerários internacionais, que têm interesses em jazidas de várias espécies em território nacional.
- c. Existe ainda, neste campo, a associação do governo a interesses de grupos econômicos que desejam se apropriar de terras públicas e até mesmo segmentos que gostariam de internacionalizar o acesso a elas. O presidente tem sido o porta-voz mais enfático dessas teses, propostas ao país enquanto se deu uma total interrupção das políticas relativas à reforma agrária.
- d. Agravamento dos conflitos e invasões criminosas às terras indígenas demarcadas numa verdadeira política genocida contra os povos indígenas.

6

10. Alterações no Código de Trânsito Brasileiro:

- a. O presidente tem defendido “flexibilizar” as normas de trânsito, com a proposição das seguintes iniciativas:
 - j. Dobrar a validade da CNH para dez anos. Acima de 65 anos, a renovação ficaria obrigatória a cada cinco anos.
 - ii. Dobrar pontuação máxima para suspender direito de dirigir.
 - iii. Fim de exames toxicológicos para motoristas profissionais.
- b. Neste caso, o presidente procura fidelizar categorias profissionais como motoristas de caminhão, taxistas, condutores de carros por aplicativo. A primeira categoria pode ser considerada expressivamente pró- Bolsonaro, sendo que em seu conjunto apresentam grande capilaridade e proximidade da população em geral.

11. Excludente de Ilícitude:

- a. PL “estabelece normas aplicáveis aos militares em operação de Garantia da Lei e da Ordem e aos integrantes dos órgãos a que se refere o caput do artigo 144 da Constituição e da Força Nacional de Segurança Pública, quando em apoio a operações de Garantia da Lei e da Ordem”. Os órgãos listados pelo artigo 144 da Constituição são

Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militares.

- b. O que parece orientar a proposição da norma é a possibilidade de endurecer ainda mais a política de segurança pública e criar condições para que repressão a movimentos antigoverno, sem que isso venha a trazer punição para aos efetivos envolvidos.
- c. Do ponto de vista político mais geral, o excludente de ilicitude pode permitir a gestão das insatisfações populares, quaisquer que sejam elas, com o uso excessivo da força, aproximando-se neste caso de práticas totalitárias.
- d. Trata-se, ainda, de elemento importante, na tentativa de cooptar setores militares e as PMs para uma espécie de liderança ideológica do governo federal, dando liberdade larguíssima para a atuação, em campo, dos agentes policiais.

12. Apoio velado ao motim da Polícia Militar Ceará (19/02 a 01/03/2020):

- a. O presidente da República demonstrou-se simpático à greve da PM do Ceará, o que se pode observar pela tentativa de desqualificar a existência de um motim: "Olha o que eu falei: greve. A imprensa nos governos anteriores falava em greve. Quando chegou o meu governo, começou a falar o quê? Motim. O que é uma diferença enorme de greve para motim". A palavra motim é utilizada para definir movimentos coletivos coordenados de insubordinação de oficiais militares, crime previsto no Direito Penal Militar.

13. Aparelhamento de instituições de Estado e intervenções na Polícia Federal (PF):

- a. Desde o início do mandato, o governo vem aparelhando instituições e agências estatais, com a escolha de gestores alinhados ideologicamente a suas plataformas e em detrimento evidente da atuação técnica desses entes. Exemplos flagrantes e gravíssimos são encontrados nas pastas da Educação, Meio Ambiente, Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além disso, existem situações que beiram o bizarro, com as que se encontram na pasta da Cultura e na Fundação Cultural Palmares.
- b. Um dos episódios mais críticos de tal prática se encontra, contudo, nas intervenções realizadas na Polícia Federal. Inicialmente porque parecem uma tentativa de cobrir malfeitos no entorno do senhor presidente. Há que se considerar, no entanto, um alcance ainda maior e pior nestas iniciáticas, ou seja, a tentativa clara de criar

frentes de “polícia política”, seja no âmbito da PF, seja no dos órgãos de inteligência do governo federal.

- c. Um dos aspectos que tem transformado o governo Bolsonaro numa verdadeira tragédia nacional é o aparelhamento do Ministério da Educação que integrando “ o gabinete do ódio” se tornou, elemento central na desestruturação da educação no Brasil com a tentativa de revogação de todos os avanços conseguidos nessa área do ensino fundamental às universidades.

8

14. Participação reiteradas em Manifestações Antidemocráticas:

- a. O presidente da República e membros de seu governo têm participado de manifestações que buscam desacreditar e atacar instituições inerentes ao regime democrático, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.
- b. Como já ocorria na campanha eleitoral, outro pilar democrático alvejado nas manifestações presidenciais é a imprensa, desacreditada e atacada pelo presidente, com o objetivo claro de inclinar a opinião pública a seu favor, mesmo que isso represente o total descompromisso com a verdade dos fatos.

15. Tentativa de Criminalizar de Movimentos de oposição ao Governo:

- a. Com a reorganização do campo democrático e o surgimento de uma resistência ativa e majoritária ao bolsonarismo na sociedade civil, o presidente da República tem procurado criminalizar os movimentos populares.
- b. Para tanto, tem se valido de uma certa exortação à repressão dos movimentos populares pelas PMs, mesmo que essas corporações estejam absolutamente fora das competências presidenciais.
- c. A estratégia do governo tem sido recorrentemente a do estímulo ao conflito e a cenas de desordem, de forma a se criarem condições, mesmo que precárias, que pudessem justificar medidas de exceção.

16. Produção reiterada de Crises Institucionais:

- a. O chefe do poder executivo tem se notabilizado pelas reiteradas tentativas de desqualificar os Poderes Legislativo e Judiciário, o que reflete uma estratégia clara de impor as pretensões do executivo aos demais poderes da República.

- b. A rigor, a meta é anular o sistema de pesos e contrapesos inerente à democracia, de forma a impor uma concepção autoritária de governo. Note-se que, se em algum momento a meta de frear o sistema de pesos e contrapesos for alcançado, poderemos ter no Brasil uma democracia de fachada, como já ocorre em países que foram tomados pelo aforismo, como a Turquia e Ucrânia.
- c. Nesta situação, há que se saudar a atuação do Supremo Tribunal e do Congresso Nacional, que têm feito frente a esses “arroubos” autoritário, ainda que se de a observar que o parlamento tem sido mais tímido na defesa de suas prerrogativas.

17. Crise Federativa:

- a. Não bastassem as investidas contra o sistema democrático de pesos e contrapesos, o presidente da República tem procurado obstinadamente abrir uma frente contra governadores. Seu intuito é o de lançar a população contra seus governantes, sempre que estes atuam na contramão dos interesses do governo federal, como tem ocorrido a Pernambuco, Maranhão, Ceará, Bahia, entre outros. Para tanto o presidente tem se valido de manifestações racistas, especialmente contra nortistas e nordestinos.
- b. Essas ações se ampliaram com a pandemia, que opôs a “não política” do governo federal, às medidas tomadas por governadores para salvar a vida de milhares de brasileiros.
- c. É bizarro nesta questão que governo federal, e, lugar de coordenar esforços nacionais para enfrentamento do coronavírus, procure criminalizar as atitudes de governadores e prefeitos.
- d. Não se deve deixar passar ao largo, que o presidente da República demonstra total ausência de empatia com a morte de milhares de brasileiros e brasileiras, por força de uma estratégia eleitoral. A rigor pretende culpar governadores e prefeitos pela crise pós-pandemia e se livrar, assim, de sua inação de caráter genocida na gestão da pandemia.

18. Impedimento e o “toma lá, da cá”:

- a. O governo alicerçou sua estratégia de defesa contra mais de 30 pedidos de impedimento que chegaram à Câmara dos Deputados no velho “toma lá, da cá”, o que aproximou o chamado centrão de sua base de apoio no parlamento.
- b. Defender-se do impedimento é absolutamente natural, mas a escolha de um recurso que tem contribuído de forma expressiva para a

destruição do sistema político nacional é algo nefasto, e pode nos levar uma vez mais, como ocorreu com os dois últimos mandatários do Brasil, ao desgoverno.

- c. Quanto a este ponto convém destacar que o PSB tem defendido a tese de um radical e urgente reordenamento do sistema político-eleitoral, com a finalidade de diminuir o número de instituições partidárias, de tal forma que elas representem efetivamente as inclinações ideológicas existentes na sociedade brasileira, em lugar de haver instituições partidárias dedicadas majoritariamente a transacionar, junto ao executivo, causas que convenham a elas mesmas e interesses privados de grandes grupos econômicos.
- d. Importa ressaltar nesta questão a iniciativa de PSB, PDT, REDE e PV, que uniram esforços para apoiar as iniciativas próprias a cada partido, além de haver pedido específico solicitado pela bancada do partido na Câmara dos Deputados.

10

A listagem não exaustiva de medidas antipopulares e antidemocráticas do atual governo permite traçar um quadro claro sobre a plataforma política que o anima. Não se tratam, como dizem seus seguidores e parte da mídia nacional de “rompantes”, de ações e reações de um presidente de “personalidade forte”.

O governo atual procura instalar no Brasil um regime autoritário, com base na cartilha da extrema-direita, que vem se espalhando mundo afora. Tentativas de armar a população civil, subordinar funcional e ideologicamente polícias e parte das Forças Armadas, especialmente ferindo a autonomia da Polícia Federal. Observa-se também favorecimentos anticivilizatórios nas regras de trânsito, limitações severas às políticas assistenciais e aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ataques sistemáticos à verdade e aos fatos, com o objetivo de criar bolhas de opinião nas redes sociais – em contraposição à atuação à imprensa e ao jornalismo – fazem parte desta estratégia.

A rigor, os democratas precisam se conscientizar definitivamente de que o primeiro mandatário do país tem uma plataforma de ações que compreende os planos estratégico, tático e operacional, ou seja, um nível de organização expressivo, que põe objetivamente sob risco a democracia e as instituições próprias ao Estado Democrático de Direito.

É neste contexto que se apresenta a criação de uma frente amplíssima em defesa da democracia e de resistência a quaisquer iniciativas arbitrárias do governo. Esta concertação precisa envolver atores de todas as áreas da sociedade civil, artistas, intelectuais, partidos políticos, governadores e prefeitos, sindicatos e confederações de trabalhadores, instâncias representativas democráticas das polícias, órgãos de imprensa, cientistas e autoridades de saúde, na defesa de um programa majoritário e robusto de defesa da democracia e de suas instituições.

Registre-se que a criação dessa frente ampla em defesa da democracia tem o apoio de inúmeros governadores do estado mais, especialmente, dos governadores socialistas, Paulo Câmara de Pernambuco e Renato Casagrande do Espírito Santo, que apesar das limitações institucionais dos seus cargos defendem uma postura ofensiva do PSB nesse quadro.

Esta tarefa é **URGENTÍSSIMA**, porque não se pode dizer, infelizmente, que o presidente da república e seu grupamento ideológico estejam sendo mal sucedidos nos intento de impor sua plataforma política fundamentalista à sociedade civil. Além disso, estão melhores organizados neste momento do que as forças democráticas, e têm sob seu controle a máquina federal.

O engajamento do Partido Socialista Brasileiro - PSB à causa de uma frente democrática ampla se dá neste cenário, e o partido envidará todos os esforços a seu alcance para organizar esta instância representativa e de resistência da sociedade civil, além de apoiar movimentos com o Basta e Somos 70%.

Chegamos efetivamente ao ponto da ação, da *práxis*, e os verdadeiros democratas não podem se furtar a agir segundo a urgência do momento; **não devem** se deixarem levar por veleidades, cálculos e conveniências eleitorais, pretensões hegemônicas em meio às forças progressistas. **É ESSENCIAL SALVAR A DEMOCRACIA**, sem a qual os brasileiros não terão chances de escrever um futuro diferente, tanto deste presente, quanto dos descaminhos históricos produzidos arbítrio que, como regra, têm se inclinado a proteger os favorecidos e aprofundar progressivamente mais as desigualdades presentes em nossa sociedade.

RESOLUÇÃO:

Em consequência do cenário traçado até aqui, a luta pelo **IMPEACHMENT JÁ** deve ser a principal luta e bandeira do PSB na atualidade. Os esforços do conjunto da estrutura partidária devem estar todos canalizados para o movimento **“JANELAS DA DEMOCRACIA”**, como forma de demonstrar a força real do Partido, que é o maior de todos os que integram esse movimento.

Os episódios em curso nos EUA, que emergiram ante ao assassinato de George Floyd e com repercussões em todo mundo, fizeram com que a pauta da luta contra o racismo emergisse com grande força em todos os setores democráticos e progressistas da sociedade no mundo. Essa luta não é apenas dos negros, mas de todos, inclusive dos brancos. A luta contra a opressão e a discriminação racial é importante e relevante, e deve ser considerada como uma oportunidade para que os partidos da esquerda democrática, inclusive o PSB, somem-se à luta dos movimentos populares, dentro dos limites impostos pela Organização Mundial da Saúde e pelos Governadores e Prefeitos em função da pandemia do Corona vírus para não acontecer o mesmo que ocorreu

em 2013, quando as ruas foram tomadas pela juventude e os partidos não estiverem presentes.

CRISE ECONÔMICA E SOCIAL: PROPOSTAS PARA O PERÍODO PÓS-PANDEMIA

12

O advento da pandemia estabeleceu problemas a serem enfrentados em curto, médio e longo prazo. A questão sanitária tem tomado a maior parte dos esforços de curto prazo, mas a flexibilização do isolamento social e consequente retomada das atividades econômicas **EXIGE** a compreensão de estarmos em uma situação excepcional e distinta dos períodos recessivos e depressivos que se conhece do passado recente – a situação atual talvez se compare apenas à grande crise de 1929. Nestas circunstâncias, o Partido Socialista Brasileiro – **PSB PROPÕE**, como medidas de enfrentamento à aguda crise econômica que já se desenvolve no Brasil:

- a. Estabelecer um programa de renda mínima universal, para atender as populações mais vulneráveis.
- b. Estabelecer um fundo garantidor do Governo Federal para micro, pequenas e médias empresas, afim de que o governo possa efetivar o repasse dos quarenta e dois bilhões de reais para essas empresas.
- c. Acelerar a implantação de uma reforma tributária progressiva que implique na taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos.
- d. Formular um vigoroso programa de investimentos públicos diretos e um plano de recuperação financeira das empresas e fomento ao investimento privado, estes últimos tendo por agentes especialmente os bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.
- e. Adotar medidas para adequar o serviço da dívida pública à realidade aguda que vive o país e o mundo, considerados juros, amortizações e estrutura da dívida pública mobiliária do Governo Federal. Sem esse tipo de iniciativa, não haverá como conferir aos itens anteriores a escala que o momento requer.

A título de conclusão quanto a esta temática, observamos que sem este programa mínimo de ações a situação do emprego se manterá crítico

no longo prazo, observando-se ainda uma tendência à concentração de capital, visto que uma infinidade de pequenas e médias empresas será levada à falência.

Sobre as eleições municipais o PSB se define pelo **NÃO a prorrogação dos mandatos de Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores e SIM ao adiamento do calendário eleitoral, para 15 de novembro e 6 de dezembro de 2020**, para realização do primeiro e segundo turnos respectivamente.

13

Sobre coligações para as eleições municipais de 2020 a comissão executiva nacional, resolveu proibir o apoio ou coligação com os candidatos vinculados politicamente ao Presidente Jair Bolsonaro.

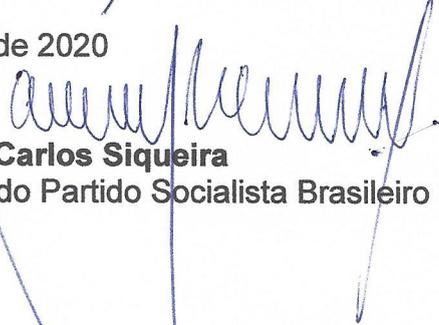
Sobre a divisão dos recursos do Fundo Eleitoral ficou estabelecido: 30% destinado às candidaturas femininas. Dos 70%, 10% serão provisionados para o segundo turno das eleições e o restante para as candidaturas majoritárias (prefeitos e vices) e proporcionais (vereadores).

Sobre os mandatos dos DIRETÓRIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, ficou estabelecido que serão prorrogados o mandato de Diretórios e Comissões Executivas Provisórias Estaduais serão prorrogados e que esses Diretórios poderão também prorrogar os mandatos dos Diretórios e Comissões Provisórias Municipais.

Outro ponto desta RESOLUÇÃO foi à aprovação do RECADASTRAMENTO E REFILIAÇÃO dos filiados ao PSB no estado do Rio de Janeiro.

Essa RESOLUÇÃO foi aprovada por unanimidade pela Comissão Executiva Nacional do Partido reunida virtualmente em 11 de junho de 2020.

Brasília-DF, 11 de junho de 2020


Carlos Siqueira

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB